



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ACTA NÚMERO 64/XI/ 2.^a SL

Aos 08 dias do mês de Fevereiro de 2011, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

I Parte

1 - Audição do Presidente do Tribunal de Contas Europeu para apresentação do Relatório Anual.

II Parte

2 - Audição a S. Ex.^a o Secretário de Estado dos Assuntos Europeus após o Conselho Europeu de 4 de Fevereiro de 2011.

III Parte

3 - Apresentação de proposta de programa para o Seminário sobre a "Estratégia UE 2020";

4 - Proposta de audição parlamentar com a Comissão SURE do PE;

5 - Resposta ao questionário da Comissão CRIS do PE;

6 - Participação do Presidente da CAE na Conferência de Presidentes das CAE dos Parlamentos da UE (reunião preparatória da XLV COSAC), Budapeste, 10-11 de Fevereiro de 2011;

7 - Apreciação e votação do Parecer da CAE sobre o Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2011 e deliberação sobre as propostas de prioridades da Assembleia da República no âmbito do escrutínio reforçado a serem incluídas em projecto de resolução a agendar para plenário;

8 - Apreciação e votação dos Pareceres elaborados na CAE no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

- Relatório da 6.^a Comissão sobre a COM (2010) 726 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à integridade e à transparência nos mercados da energia;
- COM (2010) 738 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera o Regulamento (CE) n.º 1234/2007 do Conselho no que respeita às normas de comercialização;
- COM (2010) 733 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo aos sistemas de qualidade dos produtos agrícolas;
- Relatório da 7.^a Comissão sobre a COM (2010) 745 - Proposta de Regulamento (UE) do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 1290/2005

do Conselho relativo ao financiamento da política agrícola comum e que revoga os Regulamentos (CE) n.º 165/94 e (CE) n.º 78/2008 do Conselho;

- COM (2010) 759 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 834/2007 relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos;
- Relatório da 7ª Comissão sobre a COM (2010) 761 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 485/2008 do Conselho relativo aos controlos, pelos Estados-Membros, das operações que fazem parte do sistema de financiamento pelo Fundo Europeu Agrícola de Garantia;
- COM (2010) 767 - Proposta de Regulamento (UE) do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece medidas específicas no domínio agrícola a favor das ilhas menores do mar Egeu;
- COM (2010) 749 - Proposta de Decisão do Conselho que altera a Decisão 2004/162/CE no que diz respeito aos produtos que podem beneficiar de uma isenção ou de uma redução do «octroi de mer»;
- COM (2010) 775 - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece requisitos técnicos para as transferências de créditos e os débitos directos em euros e que altera o Regulamento (CE) n.º 924/2009 (Texto relevante para efeitos do EEE);
- Relatório da 11ª Comissão sobre a COM (2010) 794 - Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 883/2004 relativo à coordenação dos sistemas de segurança social e o Regulamento (CE) n.º 987/2009 que estabelece as modalidades de aplicação do Regulamento (CE) n.º 883/2004 (Texto relevante para efeitos do EEE e para a Suíça);
- Parecer da CAE sobre a COM (2010) 640 - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho: Instrumento de assistência de pré-adesão (ipa) - quadro financeiro indicativo plurianual revisto para o período 2011-2013;
- Relatório da 6ª Comissão sobre a COM (2010) 544 - Proposta de regulamento (EU) do Parlamento Europeu e do Conselho que revoga o regulamento (CE n.º 1541/98 do Conselho relativo à prova de origem de determinados produtos têxteis da Secção XI da nomenclatura combinada, introduzidos em livre prática na Comunidade, bem como aos termos de admissibilidade da prova e que altera o regulamento (CEE) n.º 3030/93 do Conselho relativo ao regime comum aplicável às importações de certos produtos têxteis originários de países terceiros;
- Nota de não escrutínio da 12ª Comissão sobre a COM (2010) 427 - Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a viabilidade de elaboração de listas de zonas em países terceiros com baixas emissões de gases com efeito de estufa provenientes do cultivo;

9 - Apreciação e votação da acta n.º 57 de 5 de Janeiro de 2011;

10 - Outros Assuntos.

O Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Vitalino Canas (PS), iniciou a reunião saudando o Sr. Presidente do Tribunal de Contas Europeu (TCE), Dr. Vítor Caldeira, e aludiu a um pedido feito por este no sentido desta audição

anual poder ocorrer em Novembro, pois seria mais próxima da data de publicação do Relatório Anual do TCE. Antes de dar a palavra ao Sr. presidente do TCE, aproveitou ainda para referir a presença da Comissão de Orçamento e Finanças e para saudar a presença dos seus membros, na pessoa da Vice-Presidente, Sra. Deputada Teresa Venda (PS).

Esta audição foi integralmente gravada em suporte áudio e vídeo e ficará acessível na Internet, na página da Comissão de Assuntos Europeus, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

A intervenção inicial coube ao Sr. Presidente do TCE, que iniciou a sua apresentação realçando alguns aspectos relativos à execução orçamental. De seguida, referiu as mensagens chave do Relatório Anual relativo ao exercício de 2009, e abordou, num terceiro momento, de forma mais detalhada, os domínios mais relevantes do Orçamento Geral: a "Agricultura" e a "Coesão". Por último, concluiu a sua intervenção com a perspectiva do TCE sobre o período de reformas que atravessamos no quadro da crise e do respectivo impacto no contexto das finanças públicas europeias.

Após esta intervenção inicial, tomaram a palavra consecutivamente os Srs. Deputados Luís Rodrigues (PSD), Pedro Brandão Rodrigues (CDS-PP), Honório Novo (PCP) e António Gameiro (PS). Em seguida, o Sr. Presidente do TCE aludiu às questões formuladas e respondeu-lhes do prisma do TCE.

A audição foi concluída pelas 17h00, tendo sido efectuados votos recíprocos de reforço da cooperação entre a Assembleia da República e o TCE.

Na segunda parte da reunião, o Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus saudou o Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus. Esta audição foi também integralmente gravada em suporte áudio e vídeo e ficará acessível na Internet, na página da Comissão de Assuntos Europeus, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento mais aprofundado nesta sede.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus tomou então a palavra para apresentar as conclusões do Conselho Europeu de 4 de Fevereiro de 2011. Começou por referir que em relação à "Energia" e à "Inovação" não se registaram alterações significativas ao que tinha já transmitido na reunião anterior. Contudo para além destes dois pontos, foram também debatidas a "Governança Económica" e as "Relações Externas", tendo estes dois últimos pontos sido objecto de Declarações (anexas às Conclusões), respectivamente, "Declaração dos chefes de

estado ou de governo da área do euro e das instituições da UE” e “Declaração sobre o Egipto e a região”. O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus aludiu então à apresentação por parte da Alemanha e de França de uma proposta global onde se encontra previsto o reforço da disciplina fiscal e a convergência de elementos da política económica – contudo acrescentou que ainda não existe um documento propriamente dito. Aproveitou para referir que em meados de Março irá decorrer um Conselho Europeu extraordinário apenas com os Estados-Membros que pertencem à zona euro para preparar o Conselho Europeu da Primavera.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus referiu que Portugal considera que, em geral, as propostas apresentadas podem ser uma base de debate e que vão no sentido que Portugal tem vindo a defender visando uma resposta coordenada e consensual da UE.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) começou por referir-se às declarações do Sr. Primeiro-Ministro, que se mostrou verdadeiramente satisfeito com o aprofundamento da governação económica e que considerou que estávamos perante um “momento histórico” e solicitou esclarecimentos para tanta satisfação. Relativamente à energia e à inovação, considerou que não existia muito a referir dado que ambas as matérias decorrem com regularidade no âmbito dos processos previstos nos Tratados. De seguida suscitou dúvidas relativamente ao processo decisório sobre a governação económica, exprimindo que esta se encontra num limbo entre a componente inter-governamental, comunitária e as competências exclusivas do Estados-Membros. De seguida questionou sobre o calendário para aprovação do Fundo e do Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira. Finalmente questionou sobre a aplicabilidade interna do Semestre Europeu, dado que deverá ser difícil poder-se aplicar ao Orçamento de Estado para 2012, pois falta ainda aprovar algumas medidas e já estamos no período que deveria corresponder ao “semestre europeu”. Ainda em relação às propostas da Alemanha e de França, questionou sobre as possibilidade de escrutínio e sobre que forma irão essas propostas revestir. Finalmente e em nome do Grupo Parlamentar do PSD, demonstrou a sua concordância com a declaração sobre o Egipto.

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) começou por referir que o Sr. Secretário de Estado estava bem mais moderado que o Sr. Primeiro-Ministro, pois ainda não se tinha referido ao “acordo histórico”. Acrescentou sobre este assunto, que para tal existir, existiriam sem dúvida benefícios para Portugal, mas quais? De seguida, teceu considerações sobre as propostas apresentadas pela Alemanha e França. Questionou ainda a conclusão número 27, “recomendações do Grupo de Missão sejam integralmente implementadas”, sobre qual o sentido da expressão

“integralmente”? Relativamente à conclusão número 28, perguntou se os Estados-Membros vão ter de auxiliar todos os BPNs que surgirem. Finalmente, concordou com o Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) nas dúvidas relativamente à aplicação do semestre europeu no próximo orçamento.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) começou por referir que às vezes a Comissão se alonga em questões metafísicas e etéreas, quando seria importante debater as questões reais, que interessam às pessoas e que essa seria a melhor forma de tornar os assuntos europeus próximos delas. Relativamente ao conselho europeu, questionou relativamente à energia a ausência de referências aos países que “abastecem” energeticamente a Europa e perguntou o porquê. Relativamente ao pacto de competitividade, solicitou esclarecimentos sobre a posição do Governo português relativamente às propostas em matéria fiscal.

O Sr. Deputado José de Bianchi (PS) começou por estranhar que um passo inicial tenha já a marca de acontecimento histórico, de qualquer forma, é sempre um momento relevante aquele em que a EU deixou de precisar do FMI para cuidar dos seus problemas. Acrescentou que o caminho iniciado com o EURO é um caminho de integração cada vez mais exigente. Finalizou, tecendo comentários genericamente positivos sobre as diversas propostas apresentadas pela Alemanha e França.

O Sr. Deputado Sérgio Sousa Pinto (PS) solicitou a palavra para referir que a EU avançou mais significativamente sempre que colocada perante uma crise como aquela com que se depara actualmente. Acrescentou que será por isso que algumas das questões até aqui consideradas verdadeiros tabus, podem agora ser discutidas. Acrescentou que se esperam os novos passos da EU com expectativa e confiança e que o parlamento continuará a escrutinar estas medidas por si só ou através do Governo.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus começou por partilhar a ideia de que as perguntas e os comentários feitos pelos Srs. Deputados demonstram que é possível, para lá das opiniões partidárias, debatermos ideias sobre qual o caminho a trilhar pela Europa, até porque o Governo não pretende ter todas as respostas e sim ouvir todos para poder concretizar a melhor posição nacional. De seguida respondeu a todas as questões formuladas e aproveitou para referir que o Conselho Europeu Extraordinário terá lugar no dia 11 de Março e que se disponibilizava para vir à Assembleia da República nessa data.

De seguida, o Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus deu a palavra para uma segunda volta aos Srs. Deputados Carlos Costa Neves (PSD) e Honório Novo

(PCP) que centralizaram as suas questões no pacote de governabilidade e na possibilidade do Parlamento nacional escrutinar essas medidas por si só, com um papel paralelo e concorrente ao do Governo, ainda que possam defender posições idênticas.

O Sr. Secretário de Estado dos Assuntos Europeus tomou de novo a palavra para prestar os últimos esclarecimentos e reforçar a ideia de disponibilidade do Governo para cooperar com a Assembleia da República e, em especial, com a Comissão de Assuntos Europeus.

O Sr. Presidente da Comissão dos Assuntos Europeus agradeceu a presença do Sr. secretário de Estado e deu por concluída a audição, referindo que a reunião iria prosseguir com a restante Ordem do Dia.

Na terceira parte da reunião, o Presidente da Comissão de Assuntos Europeus apresentou a proposta de programa para o Seminário sobre a "Estratégia UE 2020", começando por referir que na sequência do agendamento das Jornadas Parlamentares do BE para os dias 21 e 22 de Março, a realização deste seminário terá de ser reagendada para a manhã do dia 16 de Março, quarta-feira. Recordou que este seminário parte de uma proposta do PSD inserida no Plano de Actividades da CAE para 2011. Referiu ainda que até ao momento apenas o PSD e o BE tinham apresentado propostas de oradores e convidados, pelo que apelou aos restantes Grupos Parlamentares para, até à próxima reunião, apresentarem contributos sobre temas, oradores e entidades a convidar para o Seminário.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) referiu que o CDS-PP irá apresentar por escrito um contributo.

O Sr. Deputado Luís Rodrigues (PSD) pediu a palavra para referir que data foi pensada tendo em consideração o semestre europeu. Contudo, referiu que seria importante que o Governo já pudesse trazer ideias sobre as reformas que vai apresentar em Bruxelas. Por último, referiu que os nomes apresentados pelo PSD foram a título meramente indicativo, pelo que podem ser objecto de alterações.

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) considerou que uma manhã é pouco para o programa apresentado e que se podia eliminar o segundo painel, passando a intervenção dos deputados a surgir no âmbito do primeiro painel.

A Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS) referiu que concordava com o Sr. Deputado Honório Novo (PCP) e que seria preferível organizar um dia inteiro ou, ao invés, um ciclo de conferências.

O Sr. Presidente da Comissão começou por afastar a ideia de um dia inteiro e considerou que deveria ser ponderada a hipótese de dois dias. Contudo, em qualquer dos cenários, considerou que seria importante na próxima reunião se fechar este assunto.

O Sr. Deputado Luís Rodrigues (PSD) recordou uma ideia veiculada em outro momento, que consistiria em convidar personalidades para virem à Comissão para debater temas relacionados com a Europa.

No ponto quatro da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus propôs a realização de uma reunião com Deputados Portugueses ao Parlamento Europeu que fizessem parte da Comissão SURE, dado que seria inviável reunir com a Comissão SURE antes de 17 de Maio. Contudo considerou que esta questão, bem como a resposta ao questionário SURE deveria ser analisada em sede de reunião de coordenadores.

No quinto ponto da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Comissão deu conta de já terem sido recebidos os contributos da 11.ª Comissão, e que a 5.ª e 6.ª já tinham aprovado os respectivos contributos e que iriam enviá-los brevemente. Assim, considerou que estariam reunidas as condições para os Srs. Coordenadores se reunirem para preparar a resposta da Assembleia da República.

No ponto seis da Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu conta da sua participação na Conferência de Presidentes das Comissões de Assuntos Europeus dos Parlamentos da UE (reunião preparatória da XLV COSAC), Budapeste, 10-11 de Fevereiro de 2011.

No sétimo ponto da Ordem do Dia e atendendo a que a reunião já ia longa, o Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus propôs que este ponto fosse adiado para a próxima reunião da Comissão de Assuntos Europeus para poder ser debatido em profundidade. O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD), na qualidade de Deputado Autor do Parecer da CAE, não se opôs ao adiamento e concordou com a ideia.

No oitavo ponto da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Comissão deu conta de que a Sra. Deputada Cecília Honório (BE) não podia estar presente na reunião, mas que

tinha solicitado que o seu parecer sobre a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo à integridade e à transparência nos mercados da energia [COM(2010)726] fosse apreciado pela Comissão. O Sr. Presidente submeteu a votação o parecer, o qual foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e PCP.

De seguida e por solicitação da Sra. Deputada Ana Catarina Mendes (PS) a apresentação do seu parecer sobre a COM (2010) 749 - Proposta de Decisão do Conselho que altera a Decisão 2004/162/CE no que diz respeito aos produtos que podem beneficiar de uma isenção ou de uma redução do «octroi de mer» foi antecipada. O parecer que sustentou a não realização de escrutínio foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

A Sra. Ana Catarina Mendes (PS) apresentou ainda o Parecer do Sr. Deputado José Ribeiro (PS) sobre o Relatório da 7ª Comissão sobre a COM (2010) 761 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 485/2008 do Conselho relativo aos controlos, pelos Estados-Membros, das operações que fazem parte do sistema de financiamento pelo Fundo Europeu Agrícola de Garantia, pois o Sr. Deputado encontrava-se ausente em outros trabalhos parlamentares. O parecer foi submetido a votação, tendo sido aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

De seguida, o Sr. Deputado Honório Novo (PCP) começou por se referir ao objecto da Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera o Regulamento (CE) n.º 1234/2007 do Conselho no que respeita às normas de comercialização [COM (2010) 738], que lhe coube elaborar o Parecer. Sobre esta iniciativa explicou que foi remetida à Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas e que a mesma não a escrutinou. Contudo, considerou que se deveria pedir novamente parecer à referida Comissão por a iniciativa regular matérias com necessárias implicações para a agricultura portuguesa e que podem suscitar reservas. Finalmente, referiu que a iniciativa, ainda que parcialmente, poderia violar o princípio da subsidiariedade.

O Sr. Deputado José de Bianchi (PS) começou por referir que tinha dúvidas sobre se existiria violação do princípio da subsidiariedade, contudo manifestou a sua sensibilidade ao facto da violação já ter sido assinalada por dois Parlamentos nacionais. Concluiu referindo que o ideal seria adiar esta decisão, mas dado que tal é impossível, o PS acompanhará o parecer.

O Sr. Deputado Luís Rodrigues (PSD) começou por congratular o Parecer do Sr. Deputado Honório Novo (PCP) e referiu que o PSD está de acordo com o Parecer. Aproveitou ainda para perguntar como funcionava, na prática, o fluxo de informação entre os Parlamentos nacionais.

O Sr. Presidente, em resposta à questão formulada, explicou que informalmente a informação é difundida através da rede de antenas (representantes permanentes dos parlamentos nacionais junto das instituições europeias) e formalmente, o parecer é publicado no IPEX.

O Parecer foi então submetido a votação, tendo sido aprovado com os votos favoráveis do PS, PSD e PCP e abstenção do CDS-PP, registando-se a ausência do BE.

O Sr. Deputado João Serpa Oliva (CDS-PP) apresentou então o parecer sobre a COM (2010) 733 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo aos sistemas de qualidade dos produtos agrícolas. O parecer foi aprovado com os votos favoráveis do PS, PSD e CDS-PP e abstenção do PCP. Registou-se a ausência do BE.

O Sr. Deputado Carlos Costa Neves (PSD) apresentou o parecer relativo à COM(2010)745 - Proposta de Regulamento (UE) do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 1290/2005 do Conselho relativo ao financiamento da política agrícola comum e que revoga os Regulamentos (CE) n.º 165/94 e (CE) n.º 78/2008 do Conselho (com Relatório da 7ª Comissão). O parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

O Sr. Deputado José de Bianchi (PS) apresentou o parecer relativo à COM(2010)759 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 834/2007 relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos. O parecer foi aprovado com os votos favoráveis do PS, PSD e CDS-PP e a abstenção do PCP, registando-se a ausência do BE.

O Sr. Deputado Honório Novo (PCP) solicitou a palavra para explicar que o sentido da abstenção do PCP em algumas votações não se prende com o conteúdo dos pareceres, mas sim com a ausência de Relatórios da Comissão competente (Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas), o que implica a falta de escrutínio das potenciais repercussões para Portugal das medidas constantes nas iniciativas.

A Sra. Deputada Vânia Jesus (PSD) apresentou o parecer relativo à Proposta de Regulamento (UE) do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece medidas específicas no domínio agrícola a favor das ilhas menores do mar Egeu [COM(2010)767]. Este parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

O Sr. Deputado Carlos São Martinho (PSD) apresentou o Parecer relativo à COM(2010)775 - Proposta de Regulamento do parlamento europeu e do conselho que estabelece requisitos técnicos para as transferências de créditos e os débitos directos em euros e que altera o Regulamento (CE) n.º 924/2009 (Texto relevante para efeitos do EEE). Este parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

De seguida, o Sr. Deputado Paulo Pisco (PS) apresentou o Parecer relativo à COM(2010)794 - Proposta de regulamento do parlamento europeu e do conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 883/2004 relativo à coordenação dos sistemas de segurança social e o Regulamento (CE) n.º 987/2009 que estabelece as modalidades de aplicação do Regulamento (CE) n.º 883/2004 (Texto relevante para efeitos do EEE e para a Suíça), a qual foi também objecto de Relatório da 11ª Comissão. O parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

O Sr. Deputado António Gameiro (PS) apresentou o Parecer sobre a COM (2010) 640 - Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho: Instrumento de assistência de pré-adesão (ipa) - quadro financeiro indicativo plurianual revisto para o período 2011-2013. Este Parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

O Sr. Deputado José de Bianchi (PS) solicitou a palavra para pedir o adiamento, se tal merecer a concordância do Deputado Autor do Parecer, da apresentação do Parecer sobre a COM(2010)544 - Proposta de regulamento (EU) do Parlamento Europeu e do Conselho que revoga o regulamento (CE n.º 1541/98 do Conselho relativo à prova de origem de determinados produtos têxteis da Secção XI da nomenclatura combinada, introduzidos em livre prática na Comunidade, bem como aos termos de admissibilidade da prova e que altera o regulamento (CEE) n.º 3030/93 do Conselho relativo ao regime comum aplicável às importações de certos produtos têxteis originários de países terceiros, a qual foi também objecto de Relatório da 6.ª Comissão. O Sr. Deputado do PS argumentou que esta matéria necessitava de ser observada com particular atenção, pelo que gostaria de solicitar

o adiamento. O Sr. Deputado Honório Novo (PCP), na qualidade de Autor do Parecer, não objectou a esse adiamento.

Por último, o Sr. Deputado Honório Novo (PCP) apresentou o Parecer relativo à COM(2010)427 - Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a viabilidade de elaboração de listas de zonas em países terceiros com baixas emissões de gases com efeito de estufa provenientes do cultivo, referindo que corrobora a Informação prestada pela 12.ª Comissão no sentido em que não deve ser efectuado o escrutínio desta iniciativa. Este parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

No nono ponto da Ordem do Dia, foi apreciada a Acta n.º 57, a qual foi aprovada por unanimidade, registando-se a ausência do BE.

No ponto dez da Ordem do Dia, o Sr. residente informou que a próxima reunião da Comissão seria no dia 15 de Fevereiro, pelas 17h00. Aproveitou ainda para informar que, ao contrário do inicialmente previsto, o Sr. Ministro de Estado e das Finanças não poderia reunir com a Comissão de Assuntos Europeus no dia 23 de Fevereiro, pois tinha surgido uma deslocação oficial, na qual teria de estar presente. Informou ainda que ainda não tinha sido fixada a nova data.

A reunião foi encerrada às 20:10 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 15 Fevereiro 2011.

O PRESIDENTE



(VITALINO CANAS)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
Ana Catarina Mendonça Mendes
Ana Couto
António Gameiro
Arménio Santos
Carlos Costa Neves
Carlos São Martinho
Honório Novo
João Serpa Oliva
José de Bianchi
José Ferreira Gomes
Luís Rodrigues
Luísa Roseira
Paulo Pisco
Pedro Brandão Rodrigues
Sérgio Sousa Pinto
Vânia Jesus
Vitalino Canas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cecília Honório

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Ribeiro
Pedro Duarte